

NOTA

Assunto: **Síntese da sessão plenária**
– **Bruxelas, 11 e 12 de Julho de 2002**¹

I Abertura da sessão

1. O Presidente abriu a sessão felicitando Ana Palacio, em nome da Convenção, por ter sido nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros de Espanha, bem como Eduardo Zaplana, nomeado Ministro dos Assuntos Sociais. O Presidente deu as boas-vindas aos novos membros da Convenção: Pierre Lequiller, Pat Carey e Jacques Floch.
2. O Presidente informou a Convenção de que a sessão de Julho marca o final da fase de "auscultação" e o início da fase de "reflexão". Os primeiros seis grupos de trabalho estão a analisar questões específicas suscitadas durante as primeiras sessões plenárias. Passarão agora para a fase de elaboração de recomendações ou opções, que a Convenção examinará no Outono. Os grupos realizaram progressos significativos, apesar de, em alguns casos, o número de participantes ter sido decepcionante. O Praesidium considerou que devem ser criados mais quatro grupos de trabalho. No que se refere à criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça, o Praesidium acordou num projecto de mandato que engloba as questões mais importantes suscitadas na sessão plenária de Maio e que foi distribuído como documento CONV 179/02. O Praesidium considera que, a fim de examinar algumas das questões suscitadas no decurso das sessões plenárias relativamente aos instrumentos, deve ser criado um grupo de trabalho sobre a simplificação dos procedimentos legislativos. O Praesidium considera igualmente que devem ser criados grupos nos domínios da política externa e da política de defesa. Os respectivos mandatos serão definidos em função do debate no plenário e serão distribuídos logo que o Praesidium tenha tido oportunidade de reflectir sobre ele. Os

¹ O relato integral da sessão plenária está disponível no sítio <http://www.european-convention.eu.int>.

membros da Convenção serão convidados a candidatar-se a um destes quatro grupos assim que os mandatos tenham sido definidos. Os trabalhos destes grupos terão início em Setembro, para que possam apresentar opções em Outubro ou Novembro. A Convenção terá então ao seu dispor dez conjuntos de elementos que serão cruciais para a terceira fase dos trabalhos, durante a qual analisará propostas de textos legais.

3. O Presidente informou a Convenção do programa para o Outono. Em primeiro lugar, o Praesidium prevê um debate sobre a simplificação dos procedimentos legislativos na sessão de 12-13 de Setembro, com base num documento do Secretariado que será divulgado antes das férias de Verão e que constituirá uma base para o novo grupo de trabalho. Em segundo lugar, o relatório do Grupo de Trabalho sobre a Subsidiariedade deverá estar disponível a tempo de ser analisado na sessão plenária de 3-4 de Outubro. Em terceiro lugar, a Convenção receberá, em meados de Outubro, relatórios dos dois grupos que se debruçam sobre a personalidade jurídica e sobre a Carta (ambos directamente relevantes para a estrutura do futuro tratado). Estes relatórios permitirão que o Praesidium apresente à Convenção, no final de Outubro, propostas relativas a um esboço de estrutura do tratado. Esta estrutura constituirá a moldura em que serão enquadrados os elementos fornecidos pelos grupos de trabalho, desde que a Convenção esteja de acordo com esses elementos. Seguir-se-á, em Dezembro ou Janeiro, uma nova versão do Tratado, substancialmente depurada, que servirá de base para a quarta fase (a fase de ‘negociação’) dos trabalhos da Convenção.

II Acção externa da União: debate geral

4. O Presidente abriu o debate sobre a acção externa da União remetendo para o documento de reflexão elaborado pelo Secretariado da Convenção (CONV 161/02).
5. Os membros da Convenção concordaram que é importante que a UE seja um interveniente forte, efectivo e eficaz na cena internacional. Muitos consideraram que o desempenho da UE neste domínio tem ficado, até à data, aquém das expectativas, especialmente se for considerado o seu peso económico e financeiro. Vários membros sublinharam que os desafios da globalização só vêm reforçar a importância de a União desempenhar este papel. Só uma União forte e unida poderá influenciar o evoluir da situação internacional e proteger eficazmente os interesses europeus.

6. Muitos consideraram que os valores que estão no âmago da União constituem, por si só, um argumento a favor de um papel mais importante a nível mundial, e que estes valores devem sustentar e modelar as políticas externas da União. Vários membros referiram ainda a necessidade de se respeitarem os princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas.

Política única ou política comum?

7. Diversos membros consideraram que o carácter intergovernamental da política externa e de segurança comum fora incapaz de produzir resultados concretos. O método ‘comunitário’ funcionara bem noutras vertentes das relações externas. A extensão da capacidade da Comissão para definir políticas comuns e actuar como guardião do interesse comum neste domínio contribuiria para aumentar a eficácia da política externa da UE.
8. Outros chamaram a atenção para o carácter específico da política externa, referindo que é de natureza muito menos legislativa do que muitas das políticas internas. Vários membros salientaram a divergência de interesses entre Estados-Membros. A estreita ligação existente entre a política externa e a soberania nacional requer modalidades específicas. Muitas das deficiências da política externa e de segurança comum podem ser atribuídas à falta de vontade política, e não tanto à insuficiência dos instrumentos ou dos procedimentos. O objectivo deve continuar a ser o de se chegar a uma política comum e não necessariamente a uma política única. Diversos membros realçaram o importante papel que o Conselho Europeu desempenha na definição da política externa e de segurança comum.

Coerência da acção externa

9. Todos concordaram que a coordenação adequada do recurso a todos os instrumentos, tanto económicos como políticos, é importante para que a União seja capaz de exercer influência na cena internacional. Um grande número de oradores considerou que as modalidades em vigor constituem um obstáculo a uma abordagem coerente e dificultam essa coordenação. Alguns apelaram à abolição das estruturas por pilares e recomendaram que as funções de Alto Representante para a PESC e de Comissário responsável pelas relações externas fossem atribuídas à mesma pessoa ("dupla representação"), que seria Membro ou Vice-Presidente da Comissão. Outros intervenientes prefeririam que passasse a haver maior coerência, através da reforma da Comissão e do Conselho e de uma maior coordenação entre o AR e a Comissão. Alguns propuseram que o AR e o Comissário responsável pelas relações externas pudessem passar a apresentar iniciativas conjuntas que englobem todos os aspectos da política externa e das acções externas. Foi igualmente referido um maior recurso às estratégias comuns e o desenvolvimento dessas estratégias.

Uma política externa pró-activa

10. Todos os membros da Convenção sublinharam a importância de a UE dispor de uma política externa dinâmica, capaz de responder prontamente a acontecimentos internacionais. Uma série de oradores assinalou que o requisito de unanimidade na PESC limita a capacidade de actuação da União. Quando os Estados-Membros não conseguem chegar a acordo, a ausência de uma política clara da União cria um vazio, que é em seguida preenchido pelas políticas externas nacionais, por vezes contraditórias. Alguns acrescentaram que a regra da unanimidade favorece uma política ditada pela posição menos ambiciosa e atrasa consideravelmente a tomada de decisões, quando é frequentemente necessária uma reacção rápida.
11. Para um certo número de oradores, a solução consiste na extensão da VMQ ao domínio da PESC. Alguns entendem que todas as decisões de política externa (excluindo a segurança e a defesa) devem ser tomadas por VMQ, enquanto outros propõem que, como primeiro passo, fiquem sujeitas à VMQ as iniciativas conjuntas do AR e do Comissário responsável pelas relações externas. Alguns membros manifestaram o desejo de manter a unanimidade como princípio geral, tendo sublinhado a sua preferência pela melhoria dos mecanismos destinados a gerar maior convergência entre os Estados-Membros. Foi especialmente referida a possibilidade de o direito de iniciativa se tornar extensivo ao AR, bem como a utilização mais adequada das avaliações políticas conjuntas. Para alguns intervenientes, o facto de se manter a unanimidade como princípio geral não exclui uma aplicação mais alargada da VMQ em casos específicos, como por exemplo no âmbito das estratégias comuns ou, eventualmente, aquando da deliberação sobre propostas apresentadas conjuntamente pelo AR e pela Comissão. Outras propostas tendentes a ultrapassar a inércia na PESC incluem o desenvolvimento da ‘cooperação reforçada’ e um recurso mais alargado à ‘abstenção construtiva’. Isto permitiria a uma ‘coligação de interessados’ de tomar iniciativas em nome da UE, desde que nenhum Estado-Membro se lhes opusesse e que se mantivesse aberta a possibilidade de outros aderirem numa fase posterior.
12. A questão de uma política externa pró-activa está directamente relacionada com a questão do financiamento da PESC. A rapidez de acção exige o acesso a recursos adequados, tanto financeiros como humanos. Uma série de oradores salientou que o orçamento da PESC deve ser reforçado e que devem ser flexibilizados os procedimentos financeiros. Foram igualmente referidas a eventual agregação dos recursos diplomáticos nos países terceiros e a possibilidade de se conferir ao AR responsabilidade pelas actividades de política externa das delegações situadas no exterior.

Representação efectiva

13. Vários membros apelaram a uma maior clareza na representação externa no domínio da política externa. Alguns sugeriram que deveria ser encontrada forma de a União falar a uma só voz, tendo outros considerado que o objectivo mais importante é o de assegurar que a União transmita uma mensagem unívoca. Alguns consideraram que a representação externa seria simplificada pela existência de uma única personalidade jurídica.

A questão da legitimidade

14. Vários intervenientes detectam um défice democrático no segundo pilar e apelam a um maior envolvimento do Parlamento Europeu, por exemplo recorrendo à co-decisão. Outros salientaram que a legitimidade democrática advém dos parlamentos nacionais (especialmente no caso da utilização da força militar) e apelaram ao reforço da análise e da responsabilização a nível nacional.

Política de Segurança e Defesa

15. Alguns membros sublinharam a importância de a União desenvolver uma política eficaz de segurança e defesa, o que está dependente, em primeiro lugar, da garantia de capacidades suficientes e adequadas, tanto civis como militares. Alguns defenderam que a acção militar da União se deve limitar à manutenção da paz e que deve ficar dependente da existência de um mandato da ONU.
16. Alguns membros encaram a defesa como uma questão do âmbito da NATO, em primeiro lugar, tendo alguns sublinhado a importância de o desenvolvimento da PESD ter lugar dentro do quadro de consulta estreita com a NATO. Apelou-se a que a ‘cooperação reforçada’ fosse alargada ao domínio da segurança e defesa. Foi sugerido que o desenvolvimento de uma política de segurança e defesa se deve basear numa abordagem faseada que possibilite o desenvolvimento gradual das capacidades. Foi também salientada a necessidade de se abordar a questão da interoperabilidade entre forças armadas nacionais. Alguns membros apelaram a uma maior coordenação das políticas de investigação, desenvolvimento e aquisição, para que os recursos financeiros sejam bem aplicados a nível europeu. Vários membros defenderam a criação de uma agência europeia do armamento, tendo alguns considerado necessário reapreciar e alterar o artigo 296.º do Tratado, para que a indústria do armamento passe a ser abrangida por este.
17. Uma série de membros sublinhou que as decisões em matéria de segurança e defesa terão de continuar a ser tomadas por unanimidade, dada a sua sensibilidade, e que a supervisão neste domínio é, antes de mais, do foro dos parlamentos nacionais.

II Apresentação de relatório pela Convenção dos Jovens

18. O Presidente da Convenção dos Jovens, Giacomo Filibeck, e as duas Vice-Presidentes, Roberta Tedesco-Triccas e Ellen Nørby, apresentaram o texto aprovado nessa manhã pela Convenção dos Jovens, reunida em Bruxelas desde 10 de Julho. Nas suas intervenções, os representantes dos jovens sublinharam, designadamente, a importância de os jovens serem directamente consultados e implicados no processo europeu. Referiram igualmente que o texto aprovado apela à clarificação das competências e ao reforço das instituições europeias, e que a maioria dos jovens manifestou igualmente o desejo de que a Europa se oriente para uma arquitectura de tipo federal. A concluir, o Presidente da Convenção dos Jovens exortou à manutenção da dinâmica e apelou à convocação de uma segunda sessão desta Convenção dos Jovens, que poderia assim prosseguir os debates e aprofundar o trabalho realizado.

No decurso do debate que se seguiu a esta apresentação, diversos membros da Convenção aplaudiram o trabalho realizado pelos jovens e congratularam-se com o conteúdo da declaração aprovada. Alguns manifestaram também o desejo de que continuem os contactos com os jovens.

Um jovem membro da Convenção deu conta de uma tomada de posição assinada por um número significativo de participantes na Convenção dos Jovens, em que são criticados os métodos de trabalho e os resultados obtidos.

A concluir, o Vice-Presidente Dehaene partilhou o objectivo de se manter a dinâmica conseguida com a realização desta Convenção dos Jovens, tendo, para tal, indicado as três modalidades seguintes:

- convidar o Presidente da Convenção dos Jovens e as duas Vice-Presidentes a assistir, doravante, às sessões plenárias da Convenção Europeia, para que possam transmitir os seus resultados a todos os participantes na Convenção dos Jovens;
- manter em actividade o sítio Internet (youth-convention.net), a fim de facilitar a continuação do debate entre os jovens e de dispor de um instrumento de comunicação com eles;
- endereçar um convite a cada componente (delegações nacionais, Parlamento Europeu, Comissão, Presidência) para que mantenha um contacto estreito com os jovens que designou, para que os mantenha regularmente informados dos progressos realizados e para que recolha as suas apreciações e propostas.

III Proposta de procedimento de alguns membros da Convenção

19. O Presidente referiu-se à proposta apresentada por alguns membros da Convenção no sentido de a Comissão ser convidada a elaborar o projecto de Tratado Constitucional, fazendo notar que fora analisada pelo Praesidium e rejeitada por unanimidade, dado que implicaria que a Convenção fugisse às suas responsabilidades; recordou em seguida a proposta alternativa que esboçara no início da sessão, na expectativa de que ela fosse ao encontro das preocupações dos membros que haviam apresentado a proposta.
 20. Maria Berger, que enviara a proposta ao Praesidium, afirmou que a proposta fora tratada a seu contento e confirmou a sua retirada.
-

Lista de oradores, segundo a ordem das intervenções.

Sessão plenária de 11 e 12 de Julho de 2002

LISTA DE ORADORES

Quinta-feira, 11 de Julho

Acção externa da UE: debate geral

1. Ana PALACIO (f.) – Espanha (Governo)
2. Elmar BROK (m.) – Parlamento Europeu
3. Ernâni LOPES (m.) – Portugal (Governo)
4. Frans TIMMERMANS (m.) – Países Baixos (Parlamento)
5. Hildegard PUWAK (f.) – Roménia (Governo)
6. Michel BARNIER (m.) – Comissão
7. Bobby McDONAGH (m.) – Irlanda (Governo)
8. Antonio TAJANI (m.) – Parlamento Europeu
9. Michael ATTALIDES (m.) – Chipre (Governo)
10. Alojz PETERLE (m.) – Eslovénia (Parlamento)
11. Peter SERRACINO-INGLOTT (m.) – Malta (Governo)
12. Jens Peter BONDE (m.) – Parlamento Europeu
13. Louis MICHEL (m.) – Bélgica (Governo)
14. Olivier DUHAMEL (m.) – Parlamento Europeu
15. Peter HAIN (m.) – Reino Unido (Governo)
16. Göran LENNMARKER (m.) – Suécia (Parlamento)

Cartões azuis: Duff, Hain, Haenel, Berès, Hain

17. Ben FAYOT (m.) – Luxemburgo (Parlamento)

Cartões azuis: Hain, Voggenhuber, Barnier

18. Henning CHRISTOPHERSEN (m.) – Dinamarca (Governo)
19. George KATIFORIS (m.) – Grécia (Governo)
20. Pavol HAMZIK (m.) – Eslováquia (Parlamento)
21. Peter GLOTZ (m.) – Alemanha (Governo)
22. John BRUTON (m.) – Irlanda (Parlamento)

Cartões azuis: Stuart, Maij-Weggen, Belohorská

23. Alejandro MUÑOZ ALONSO (m.) – Espanha (Parlamento)
24. Matjaz NAHTIGAL (m.) – Eslovénia (Governo)
25. Pierre LEQUILLER (m.) – França (Parlamento)
26. Gianfranco FINI (m.) – Itália (Governo)
27. Ayfer YILMAZ (f.) – Turquia (Parlamento)
28. Alain LAMASSOURE (m.) – Parlamento Europeu
29. Lord MACLENNAN (m.) – Reino Unido (Parlamento)
30. Roberts ZILE (m.) – Letónia (Governo)
31. Andrew DUFF (m.) – Parlamento Europeu
32. Paraskevas AVGERINOS (m.) – Grécia (Parlamento)
33. Lamberto DINI (m.) – Itália (Parlamento)

Cartões azuis: Hain, Barnier

34. Teija TIILIKAINEN (f.) – Finlândia (Governo)
35. Jürgen MEYER (m.) – Alemanha (Parlamento)
36. Cristiana MUSCARDINI (f.) – Parlamento Europeu
37. Rytis MARTIKONIS (m.) – Lituânia (Governo)
38. Hanja MAIJ-WEGGEN (f.) – Parlamento Europeu
39. Kimmo KILJUNEN (m.) – Finlândia (Parlamento)
40. Peter SKAARUP (m.) – Dinamarca (Parlamento)
41. Androula VASSILIOU (f.) – Chipre (Parlamento)
42. Dam KRISTENSEN (m.) – Dinamarca (Parlamento)
43. Josep BORRELL FONTELLES (m.) – Espanha (Parlamento)
44. Edmund WITTBRODT (m.) – Polónia (Parlamento)
45. Juraj MIGAS (m.) – Eslováquia (Governo)
46. Marco FOLLINI (m.) – Itália (Parlamento)
47. Hannes FARNLEITNER (m.) – Áustria (Governo)
48. Alvydas MEDALINSKAS (m.) – Lituânia (Parlamento)
49. Lena HJELM-WALLEN (f.) – Suécia (Governo)
50. Reinhard BÖSCH (m.) – Áustria (Parlamento)
51. Mesut YILMAZ (m.) – Turquia (Governo)
52. Proinsias DE ROSSA (m.) – Irlanda (Parlamento)
53. Péter BALÁZS (m.) – Hungria (Governo)
54. Jozef OLEKSY (m.) – Polónia (Parlamento)

55. Carlos CARNERO GONZÁLEZ (m.) – Parlamento Europeu
 56. Pierre MOSCOVICI (m.) – França (Governo)
 57. Caspar EINEM (m.) – Áustria (Parlamento)
 58. István SZENT-IVÁNYI (m.) – Hungria (Parlamento)
-

Sexta-feira, 11 de Julho

Apresentação de relatório pela Convenção dos Jovens

1. Giacomo FILIBECK (m.), Presidente da Convenção dos Jovens
2. Ellen NØRBY (f.), Vice-Presidente, Convenção dos Jovens
3. Roberta TEDESCO TRICCAS (f.), Vice-Presidente, Convenção dos Jovens
4. Helle THORNING-SCHMIDT (f.) – Parlamento Europeu

Cartões azuis: Duhamel, Dobbyn (Convenção dos Jovens), Duff, Skaarup, Bonde, Juri (Convenção dos Jovens), Derosier (Convenção dos Jovens), Brok, Witherick (Convenção dos Jovens), Maij-Weggen, Thorning-Schmidt

Continuação do debate sobre a acção externa da UE (Defesa)

1. René van der LINDEN (m.) – Países Baixos (Parlamento)
2. Gunter PLEUGER (m.) – Alemanha (Governo)
3. Antonio VITORINO (m.) – Comissão
4. Marietta GIANNAKOU (f.) – Grécia (Parlamento)
5. Baronesa SCOTLAND (f.) – Reino Unido (Governo)
6. Esko SEPPÄNEN (m.) – Parlamento Europeu
7. Danuta HÜBNER (f.) – Polónia (Governo)
8. Michael FRENDÓ (m.) – Malta (Parlamento)

Cartões azuis: Duff, Fini, Einem, Vitorino

9. Gisela STUART (f.) – Reino Unido
10. Diego LÓPEZ GARRIDO (m.) – Espanha (Parlamento)
11. Eduarda AZEVEDO (f.) – Portugal (Parlamento)
12. Jacques SANTER (m.) – Luxemburgo (Governo)
13. Valdo SPINI (m.) – Itália (Parlamento)

14. Kenneth KVIST (m.) – Suécia (Parlamento)
15. William ABITBOL (m.) – Parlamento Europeu
16. Jan KOHOUT (m.) – Rep. Checa (Governo)
17. Edvins INKENS (m.) – Letónia (Parlamento)
18. Alvydas MEDALINSKAS (m.) – Lituânia (Parlamento)
19. Kimmo KILJUNEN (m.) – Finlândia (Parlamento)
20. Jürgen MEYER (m.) – Alemanha (Parlamento)

Proposta de procedimento de alguns membros da Convenção

1. Maria BERGER (f.) – Parlamento Europeu

Cartões azuis: De Rossa, Kiljunen, MacCormick, Hallengren, Einem

=====